seguranca@an.com.br • (47) 3431-9111

NTEM H b H

Como funcionava o esquema desmontado pela Polícia Federal de Santa Catarina para lavagem de dinheiro e remessa ilegal para o exterior. A hierarquia do grupo que operava o esquema. O esquema seguia a estratégia de outros escândalos de lavagem de dinheiro descobertos nos últimos anos, como Maluf, Mensalão e Toninho da Barcelona.

O negócio nebuloso envolvendo o líder do esquema e o mexicano Lúcio Ruedas Bustus, acusado de pertencer à principal quadrilha que envia cocaína do México para os Estados Unidos. O histórico das principais operações da Polícia Federal desenvolvidas nos últimos meses e que tiveram impacto em Santa Catarina.

MARCO AURÉLIO BRAGA

O esquema que teria sido montado pelo empresário Rogério Luis Gonçalves, de Jaraguá do Sul, é, segundo o Ministério Público Federal de Santa Catarina, uma sofisticação das antigas remessas de dinheiro para o exterior utilizando contas CC5. Com isso, não se movimentava dinheiro em espécie. Bastava um telefonema, um envio de fax, para a operação ser concretizada. Para isso, utilizava-se uma casa de câmbio uruguaia conhecida das autoridades brasileiras quando se trata de lavagem de dinheiro ou remessa ilegal para o exterior: a Lespan.

A ligação do grupo Roger Tur com a Lespan está na denúncia que o Ministério Público Federal encaminhou à Justiça e no relatório da Polícia Federal, aos quais A Notícia teve acesso. Os dois documentos fazem parte da Operação Ouro Verde, desencadeada em março, que descobriu um esquema de lavagem de dinheiro, remessa ilegal de dinheiro para o exterior e sonegação de impostos. Rogério Luis Gonçalves e seu irmão Clóvis Gonçalves, considerados pela polícia os mentores do esquema, estão presos em Jaraguá do Sul.

A Lespan, também conhecida como Gales Casa Cambiara, era onde o grupo Roger Tur daria vazão ao dinheiro remetido ao exterior, conforme investigação da Polícia Federal de Joinville. E tudo passava pela empresa offshore Seline Finance Inc., de propriedade de Rogério Gonçalves, com sede nas Ilhas Virgens Britânicas, paraíso fiscal do Caribe. Conforme relatório da Polícia Federal, a Seline tinha conta na Lespan e freqüentemente era usada para enviar valores para outros bancos estrangeiros orientados pelos clientes. As ordens de pagamento assinadas por Rogério eram enviadas via fax para o gerente da conta.

A manobra, segundo investigações da Polícia Federal, era utilizada para despistar as autoridades no Brasil (Banco Central e Receita Federal). Ao movimentar dinheiro da off-shore Seline para a conta na Lespan, o dinheiro não passava por qualquer tipo de controle. Isto possibilitava remessas diretamente para contas do exterior, através do sistema dólar cabo – sem autorização do Banco Central e Receita Federal. O levantamento feito pelo Ministério Público Federal aponta remessas para pelo menos dez países – Estados Unidos, China, Alemanha, Coréia do Sul, Autrália, Suíça, Emirados Árabes, Japão, Holanda e França.

O nome da empresa Lespan começou a aparecer durante a CPI do Banestado, em 2003. Depois que o regime de exceção em Foz do Iguaçu foi revogado pelo Banco Central, no final de 1999, referente às operações de transferências internacionais de valores, os grupos que lavavam dinheiro no Brasil abandonaram, pelo menos como principal forma de atuação, o uso das contas CC5. Com isso, surgiu a Casa Cambiária Gales, do grupo Lespan, que efetuava remessas para o exterior utilizando outra modalidade, conhecida como dólar cabo, mais simples e eficaz para fugir da fiscalização. Por meio deste processo, a Roger Tur teria conquistado clientes e expandido seus negócios.

O advogado de Rogério Gonçalves, Acácio Marcel Marcal Sardá, não comenta as acusações do Ministério Público Federal e da Polícia Federal. Segundo ele, cabe ao MPF o ônus da prova contra os seus clientes.

marco.braga@an.com.br

Mesmo esquema usado em escândalos nacionais

O sistema com a empresa Lespan seria o mesmo usado para lavar dinheiro desviado de obras superfaturadas, de pagamento de propina a juízes, do tráfico de drogas e até no esquema mensalão, que balançou o governo Lula com a queda de ministros. Para o Ministério Público Federal de Santa Catarina, a prática adotada pelo grupo Roger Tur é a mesma que levou a cadeia o doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona, preso por adotar uma prática complexa e com tecnologia de ponta para enviar dinheiro ilegalmente para o exterior.

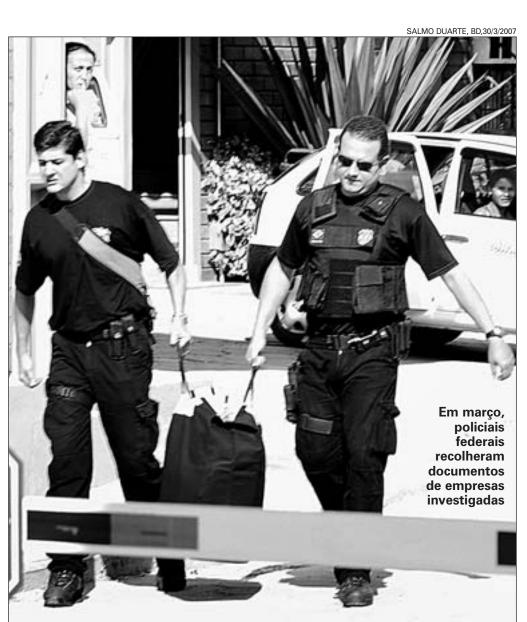
Toninho Barcelona colocou seu esquema a serviço de membros do PT entre 2002 e 2003, possivelmente para ocultar dinheiro de caixa 2 de campanha. O Ministério Público de São Paulo investigou que Barcelona havia transformado uma agência de turismo em corretora de câmbio clandestina. Sem autorização do Banco Central, ela atuava exclusivamente no mercado paralelo, comprando e vendendo moeda estrangeira sem origem comprovada.

O caminho do dinheiro também passava pela casa de câmbio Lespan. O mesmo esquema teria sido utilizado pelo ex-prefeito de São Paulo Paulo Maluf, para enviar dinheiro a paraísos fiscais. A Lespan chegou a ser investigada por promotores dos Estados Unidos, como principal caminho para a lavagem de dinheiro por parte de empresários e políticos brasileiros.



URUGUAI ERA ROTA PARA LAVAGEM DE DINHEIRO

Empresa Lespan daria vazão às remessas feitas ao exterior pela Roger Tur, segundo investigação da Polícia Federal



AS OPERAÇÕES DO GRUPO ROGER TUR

Empresas "clientes" do esquema procuravam a Roger Tur para administrar o caixa 2 de suas empresas ou fazer depósitos de valores em contas no exterior.

Em caso de depósito no exterior, a operação era realizada pelo sistema dólar/euro cabo, sem autorização do Banco Central e da Receita Federal.

O grupo utilizava suas duas off-shores, a Seline Finance Inc. (Ilhas Virgens Britânicas) e a Fonteway C.S.A. (Uruguai), de propriedade de Rogério Gonçalves, para transferir dinheiro através de contas indicadas pelos clientes.

Com essa operação, não havia remessa física de dinheiro. O cliente fazia pagamento em reais para o Grupo Roger Tur dentro do

sistema bancário brasileiro. Em caso de grandes remessas de dinheiro, o grupo solicitava a ajuda de doleiros da região ou de uma empresa do esquema sediada no RS.

O dinheiro depositado no exterior pelo grupo era solicitado pelas empresas "clientes" para pagamento de fornecedores. Nesta etapa, estava concluída a lavagem.

EDITORIA DE ARTE/FOTOS: BE

BRASIL

URUGUAI

ESTRANHO CAMINHO

O esquema do Grupo Roger Tur passaria pela Casa de Câmbio Lespan, através de contas da off-shore Seline Finance Inc., com sede na Ilhas Virgens Britânicas.

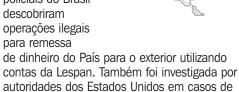
O grupo enviava por fax ordens de pagamento, assinadas por Rogério Gonçalves, para transferência de dinheiro da Lespan para contas dos clientes no exterior.

A off-shore Fonteway C.S.A, também de propriedade do grupo Roger Tur e com sede no Uruguai, movimentava dinheiro de seus clientes e fazia transferências para o exterior.

ESQUEMA URUGUAI

A Lespan S.A. é uma casa cambial com sede em Montevidéu, no Uruguai, utilizada como ponte para esquemas de lavagem de dinheiro. Não há qualquer ilegalidade na sua atividade no Uruguai, mas autoridades policiais do Brasil descobriram operações ilegais para remessa

lavagem de dinheiro.



SERVIÇOS DA LESPAN FORAM UTILIZADOS POR OUTROS ESQUEMAS DE LAVAGEM DE DINHEIRO NO BRASIL



Toninho da Barcelona

Esquema montado pelo doleiro Antônio Oliveira Claramunt utilizava a Lespan para envio de dinheiro para o exterior. O caso foi descoberto na Operação Farol da Colina, da Polícia Federal. Toninho da Barcelona foi investigado pelas CPIs dos Correios e dos Bingos, além de ter oferecido o mesmo esquema para membros do PT entre 2002 e 2003 no escândalo do mensalão.



Paulo Maluf

Segundo denúncia do Ministério Público de São Paulo, o ex-prefeito (à dir.) teria utilizado a Lespan para remessa de dinheiro desviado de obras superfaturadas para contas em paraísos fiscais.



Antero Paes de Barros foi relator da CPI

CPI do Banestado

Investigação da Polícia Federal, que apurava remessa ilegal de dinheiro para o exterior através de contas CC5 no final da década de 90, descobriu que a Lespan recebia recursos do Banestado de Nova York de políticos e empresários brasileiros. A soma de dinheiro atinge US\$ 1,2 bilhões.

O que é operação CC5

Abreviatura do documento normativo Carta-Circular 5, editada pelo BC em 1969. Regulamenta a abertura de contas e a movimentação de recursos em moeda nacional tituladas em nome de nãoresidentes (ou não-sediados) no País.